



ANÁLISE DA SITUAÇÃO:
USO DA LÍNGUA DE SINAIS EM
MOÇAMBIQUE – ESTRATÉGIAS E
DESAFIOS

Janeiro de 2019

O presente estudo foi possível graças ao generoso apoio do povo Americano através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) sob o Acordo Cooperativo No. AID-656-A-16-00003.

As opiniões aqui expressas são da TV Surdo e não refletem necessariamente as opiniões da USAID/USG ou da Counterpart International.



ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	3
I. INTRODUÇÃO	4
II. O USO DA LÍNGUA DE SINAIS EM MOÇAMBIQUE	5
II.1. Os PRIMEIROS ANOS.....	5
II.2. A SITUAÇÃO CORRENTE	7
II.3. E SOBRE AS CAMPANHAS DE HIV E SIDA?.....	9
III. ESTRATÉGIAS E DESAFIOS	11
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACAMO** – Associação de Cegos e Amblíopes de Moçambique
- ADPP** – Associação “Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo”
- ASUMO** – Associação de Surdos de Moçambique
- CEA** – Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane
- CIDPD** – Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- COMAL** – Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral
- CREI** – Centro de Recursos de Educação Inclusiva
- FACED** – Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane
- IFPELAC** – Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo
- INE** – Instituto Nacional de Emprego
- INEFP** – Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
- INSS** – Instituto Nacional de Segurança Social
- LLSM** – Licenciatura em Língua de Sinais Moçambicana
- LSM** – Língua de Sinais Moçambicana
- MITESS** – Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social
- MJD** – Ministério da Juventude e Desportos
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- ONUSIDA** – Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV e SIDA
- PEEC** – Plano Estratégico de Educação e Cultura
- PcD** – Pessoa com Deficiência
- SNE** – Sistema Nacional de Educação
- UEM** – Universidade Eduardo Mondlane
- UNESCO** – Agência das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- USAID** – Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional

I. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) cerca de 5% da população mundial – 466 milhões de pessoas – vivem com perda auditiva, 34 milhões são crianças. Até ao ano 2050 uma em cada 10 pessoas (900 milhões de pessoas) estarão nessa condição. Paralelamente a isso em 2015 havia 940 milhões de pessoas em todo o mundo com algum grau de perda visual. Dessas 246 milhões tinham défice de visão e 39 milhões com cegueira.

Para as pessoas com deficiência (PcD) a língua de sinais e o braille constituem instrumentos fundamentais de integração e inclusão sociais. Para que as pessoas com deficiência tenham uma maior participação nos processos políticos e acções de cidadania é importante que as campanhas e as publicidades institucionais estejam numa linguagem que lhes seja adequada. Para que seja possível a testagem e a prestação de outros cuidados de saúde às pessoas com deficiência é importante que os resultados, por exemplo, estejam numa linguagem que seja para elas inteligível. Assim como é importante que esses formatos se façam disponíveis na via pública como forma de facilitar ainda mais a deslocação e a movimentação das PcD.

A importância de garantir formas de comunicação e expressão para pessoas com perdas visual e auditiva motivou a que os Estados signatários da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CIDPD, 2006) plasmassem que [os Estados Partes] *tomam todas as medidas apropriadas para garantir que as pessoas com deficiências podem exercer o seu direito de liberdade de expressão e opinião, incluindo a liberdade de procurar, receber e difundir informação e ideias em condições de igualdade com as demais e através de todas as formas de comunicação da sua escolha (...) incluindo: (...) b) Aceitando e facilitando o uso de língua gestual, braille, comunicação aumentativa e alternativa e todos os outros meios, modos e formatos de comunicação acessíveis e da escolha das pessoas com deficiência nas suas relações oficiais* (Art. 21º). Em Moçambique está constitucionalmente estipulado que [o] *Estado promove a criação de condições para a aprendizagem e desenvolvimento da língua de sinais* (No. 2, Art. 125, Constituição da República).

Esta “Análise de Situação” tem como objectivo rever os processos de uso da língua de sinais em Moçambique. Será feita uma análise cronológica desse uso, descrevendo as diferentes fases, mas também discutindo as diversas estratégias adoptadas e os desafios por elas enfrentadas e aqueles outros que ainda persistem para o futuro. Será dada particular atenção ao uso da língua de sinais nas campanhas de HIV e SIDA. A metodologia usada é a revisão de documentação diversa sobre a matéria. Foram produzidos ao longo dos anos relatórios e alguns estudos sobre o uso da língua de sinais tanto dentro como fora do sistema de educação, bem como avaliações de planos e estratégias nacionais e alguns artigos jornalísticos. Esses foram as principais fontes de consulta para a realização da presente Análise da Situação.

II. O USO DA LÍNGUA DE SINAIS EM MOÇAMBIQUE

II.1. Os PRIMEIROS ANOS

Para se abordar o processo de uso da língua de sinais em Moçambique é importante que usemos como ponto de partida o sector da Educação. O sector da Educação é aquele no qual não apenas se deve(ria) usar a língua de sinais de uma forma quotidiana, mas também aquele no qual essa língua se deve(ria) reproduzir através do seu ensino e difusão para outros sectores da sociedade como a saúde, os transportes e outros serviços sociais disponíveis para o público em geral.

Após a independência de Moçambique a Educação foi considerada o factor principal para o desenvolvimento do país, a Constituição enfatizava que ela era um “direito e um dever” dos Moçambicanos e *o Estado promove as condições necessárias para a extensão do gozo destes direitos a todos os cidadãos* (Art. 31, destaque adicionado). A estratégia de inspiração Socialista cognominada “socialização da Educação” visava garantir uma massificação incisiva para combater níveis de analfabetismo acima dos 75%. O número de alunos matriculados no 1º Grau do Ensino Primário passou de 671,617 em 1975 para 1,363,000 dois anos mais tarde¹.

À data da independência existiam no país quatro Escolas Especiais privadas (todas posteriormente nacionalizadas) sendo duas na Cidade de Maputo (deficiência auditiva e mental), duas na província de Sofala (deficiência auditiva e o Instituto Nacional dos Deficientes Visuais) e uma na cidade de Nampula (deficiência mental). A Escola Especial No 1 (deficiência auditiva) contavam com um efectivo de 18 alunos que cresceu para 48 em 1980, e a segunda escola para deficientes auditivos (Sofala) não tinha cadastro do efectivo. O Instituto dos Deficientes Visuais da Beira contava com um efectivo de 15 em 1975 e até 1980 tinha triplicado o número de alunos.

O Sistema Nacional de Educação (SNE), lançado em 1983, estabelecia que *o ensino especial consiste na educação de crianças e jovens com deficiências físicas e mentais ou de difícil enquadramento social e realiza-se em escolas especiais*. O objectivo seria assim proporcionar uma educação em escolas especiais para que os mesmos pudessem se integrar na sociedade e na vida laboral. Essa foi a abordagem seguida durante grande parte da década de 80. Todavia os problemas enfrentados pelo Estado na gestão de todo o ensino, entretanto nacionalizado, adicionados aos constrangimentos causados pela guerra civil deterioraram as condições do ensino-aprendizagem no geral e isso reflectiu-se igualmente no Ensino Especial.

Em síntese as Escolas Especiais, que já abrangiam um universo muito reduzido das crianças e jovens com deficiência, entraram em colapso e passaram a sobreviver de iniciativas particulares bastante localizadas e esporádicas. Nos finais dos anos 80 emergiu o conceito

¹ Comissão Nacional de Estatística. *Informação Estatística: 1975-1984*. Maputo, 1985.

de “educação/ensino integrada/o”. Através deste três estudantes com deficiência visual começaram a frequentar a Escola Secundária Mateus Sansão Muthemba (e depois a Pré-Universitária Samora Moisés Machel) na cidade da Beira, atendidos por professores sem formação especializada². Consta que o seu aproveitamento pedagógico oscilou entre 75 e 85%.

Em Junho de 1994 representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais participaram da Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca (Espanha). O resultado foi o lançamento da Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais, comumente chamada Declaração de Salamanca. Essa Declaração apelou para que a “Inclusão” fosse a norma na educação de todas as crianças com deficiência. O Quadro de Acção adoptado indicava que as escolas regulares deveriam acomodar **todas** as crianças independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

A Política Nacional de Educação do Governo saído das primeiras Eleições Gerais e Multipartidárias de 1994 delineou o início da formação de professores para o ensino especial. De acordo com esse documento as crianças com necessidades educativas especiais deveriam ser divididas em dois grupos, as que “apresentam um nível de afecção orgânica não muito agudo” para serem integradas nas “escolas normais” ainda que com um atendimento especial e individualizado, e aquelas cujo “grau de afecção é severo” a serem atendidas em escolas especiais. O Projecto-piloto de Educação Inclusiva iniciou em 1998 em cinco províncias (Cidade de Maputo, Província de Maputo, Sofala, Zambézia e Nampula). Com o financiamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi formada uma equipa técnica do ministério para a gestão do projecto e formação de directores e professores de escolas regulares inclusas no piloto.

O Plano Estratégico da Educação 1999-2003 foi desenhado usando como lema “Combater a Exclusão, Renovar a Escola”. Nele pode-se ler que *[a] estratégia do Ministério para melhorar os serviços oferecidos às crianças com necessidades especiais tem como base o princípio da inclusão. Será integrado nas escolas e salas de aula existentes o maior número possível de crianças com necessidades especiais, ao invés de segregá-las em escolas separadas ou excluí-las, por completo, da escola.* Entre 2003 e 2005 cerca de 31,000 crianças e jovens com necessidades educativas especiais frequentavam as escolas regulares ao nível de todo o país. Nas seis escolas/turmas especiais foram integrados 418 alunos que exigiam atenção mais especializada³.

O aproveitamento pedagógico situou-se entre 35 e 40% para alunos com necessidades auditivas – devido à dificuldade de comunicação – e 70-80% para alunos com necessidades de natureza visual. As turmas especiais nas escolas regulares tinham como objectivo que os alunos interagissem com professores com competências básicas de Língua de Sinais

² Página do Departamento de Educação Especial, Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (<http://www.mined.gov.mz/DN/DIEE/Pages/default.aspx>)

³ *Idem.*

Moçambicana e Braille, sendo as outras actividades extra-curriculares como Educação Física realizadas conjuntamente.

O Plano Estratégico da Educação e Cultura 2006-2010/1 reafirmou os compromissos assumidos pelo documento anterior e propôs-se a consolidar não apenas a abordagem mas as conquistas até aí alcançadas. Todavia uma Avaliação Independente realizada ao PEEC 2006-2010/1 traçou um cenário pouco animador. Depois de mostrar as lacunas na produção de dados estatísticos sobre alunos com necessidades especiais matriculados nas escolas regulares, a Avaliação descreve a formação contínua dos docentes como tendo um carácter esporádico e atomístico para além de ser constantemente perturbada pela mobilidade dos docentes capacitados. Sobre as Escolas Especiais o relatório é peremptório: *Estas escolas [especiais] promovem o ensino de aproximadamente 400 alunos do Ensino Primário, 220 raparigas, especificamente surdos ou com problemas de visão. Dada a situação geográfica destas escolas, e os recursos e condições de funcionamento das mesmas, apenas uma taxa ínfima de crianças Moçambicanas com graves problemas sensoriais são aí atendidas*⁴.

Em termos do cenário programático a Avaliação concluiu que *[e]mbora a filosofia de uma educação inclusiva seja uma constante nos documentos oficiais, a identificação, referenciação e atendimento da população escolar com necessidades educativas especiais é apenas embrionária, carecendo de uma estratégia de desenvolvimento que tem que envolver não só os serviços centrais, provinciais e distritais do Ministério da Educação, mas também os serviços de saúde e de acção social e de outros parceiros numa acção articulada e planeada e a médio e longo prazo*⁵.

O Plano Estratégico da Educação 2012-2016 manteve a abordagem geral da inclusão e colocou uma ênfase maior no papel a ser desempenhado pelos Centros de Recursos da Educação Inclusiva (CREI). Estes centros, construídos em número de três sendo um para cada região, já haviam sido sinalizados pela Avaliação independente que sobre eles referiu que o regime em que eles foram concebidos – internato e semi-internato para alunos com necessidades educativas especiais – era dissonante em relação à filosofia oficial de educação inclusiva e contra estruturas segregadas.

II.2. A SITUAÇÃO CORRENTE

A situação que se verifica nos últimos anos é o reflexo de uma falta de uma massificação sistemática e coerente do ensino da língua de sinais em Moçambique. Apesar da existência de algumas, poucas, escolas especiais por alturas da independência apenas em 1999 assistiu-se a uma primeira uniformização dos gestos da Língua de Sinais de Moçambique (LSM). A falta de um ensino massivo e consistente da língua de sinais vai se reflectir no seu

⁴ Grupo CESO, Cambridge Education (2011) *Avaliação do Plano Estratégico para a Educação e Cultura 2006-2010/1. Volume II: A. Ensino Primário e Secundário*. Ministério da Educação, República de Moçambique, p. 144.

⁵ *Idem*.

(não) uso na sociedade como um todo. O cenário é caracterizado por um conjunto de iniciativas esporádicas e isoladas que, todavia, vão contribuindo para fazer uma diferença relativa na situação geral.

A Avaliação do PEEC 2006-2010/1 registou a capacitação pela Associação “Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo” (ADPP) de 150 professores em estratégias de educação inclusiva (de acordo com o pacote da UNESCO). Também foi referida a formação em LSM a 16 surdos adultos e professores das Escolas Especiais N^{os} 1 e 3 pela Associação de Surdos da Finlândia (FAD). Em termos específicos da LSM já existiam 328 professores capacitados (131 mulheres) e em Sistema Braille 258 docentes (103 mulheres)

A actual situação pode ser descrita por três eventos estruturantes. A introdução pela Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) de uma Licenciatura em Língua de Sinais Moçambicana (LLSM) no ano académico 2014, a ida para o ar da TV Surdo no início de 2017 (após a formalização da Associação TV Surdo no ano anterior), e um conjunto de outras iniciativas que vão ocorrendo de forma paralela. A abertura de uma licenciatura em LSM vem colmatar uma lacuna há muito constatada sobre a carência de especialistas com educação terciária em número suficiente às necessidades do país.

A Avaliação do PEEC 2006-2010/1 fora taxativa a esse respeito: *[n]ão existem no país cursos superiores de formação de especialistas em educação especial para actuar na formação de professores, na elaboração de materiais, no rastreio de crianças com necessidades educativas especiais e na realização de estudos. Neste contexto, o escasso número de especialistas na área resulta da colaboração de parceiros de cooperação que, no entanto, não foi bastante para o desenvolvimento com qualidade e permanência da actuação naqueles quatro domínios.* Com licenciados em LSM grande parte dos problemas arrolados pela Avaliação na área de formação de recursos humanos e desenho de materiais fica eliminada.

O início das emissões da TV Surdo marcam igualmente um passo importante na valorização e divulgação da língua de sinais em Moçambique. Com um forte suporte de um projecto de *media* apoiado pela Agência Americana de Desenvolvimento Internacional (USAID) a TV Surdo instituiu a produção e difusão de conteúdos que por serem acessíveis às pessoas com deficiência auditiva marcam definitivamente uma viragem no uso da língua de sinais no país. Tanto a televisão pública – Televisão de Moçambique, TVM – como o Instituto de Comunicação Social (ICS) tinham anteriormente desenvolvido algumas iniciativas de tradução para a língua de sinais, todavia o tempo e a quantidade desses conteúdos eram bastante reduzidos. O mérito do processo advém não apenas da produção de conteúdos para as pessoas com deficiência mas também do facto de os mesmos serem produzidos pelas próprias pessoas com deficiência.

O terceiro vector que caracteriza o estado do uso da língua de sinais actualmente é composto por uma quantidade de iniciativas que vêm sendo reportadas ao longo dos últimos anos. Entre os meses de Maio e Agosto de 2017 o Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) formou 29 funcionários seus, de diferentes unidades

orgânicas, em língua de sinais com o objectivo de prestar um maior atendimento às pessoas surdas. O curso foi ministrado pelo Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) em coordenação com a Associação dos Surdos de Moçambique (ASUMO) e beneficiou 23 funcionários do IFPELAC, 3 do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), 2 do Instituto Nacional de Emprego (INE) e 1 da Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral (COMAL).

Essa formação surgiu no seguimento de uma parceria entre a ASUMO e o Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) que visava a empregabilidade de pessoas com deficiência auditiva. Passada essa primeira fase a segunda consistiria numa melhor preparação dos formadores do INEFP para receberem pessoas com perda auditiva nas salas de formação. Ainda no ano de 2017 o Ministério da Juventude e Desportos (MJD) procedeu ao lançamento da Brochura da Política da Juventude em Braille, fruto também de uma parceria entre a instituição do Governo e a Associação de Cegos e Ambliopes de Moçambique (ACAMO). O Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) lançou em 2013 o “Dicionário da Língua de Sinais de Moçambique”.

II.3. E SOBRE AS CAMPANHAS DE HIV E SIDA?

As campanhas de HIV e SIDA não deixam de ser afectadas – pelo contrário, são o reflexo claro – pela situação do (não) uso da língua de sinais em Moçambique. Não havendo um uso massivo da língua de sinais nos órgãos de comunicação social regulares, as campanhas do HIV e SIDA acabam por não fazer uso dessa forma de comunicação.

Em termos do HIV e SIDA a ausência do uso da língua de sinais e do braille vai para além das próprias campanhas de prevenção. A ausência de campanhas para pessoas com deficiências auditiva e visual implica que elas terão menos acesso a informação e sensibilização para os tornar menos vulneráveis à infecção pelo HIV. Terão menos possibilidade que os demais de saber como se proteger, que práticas de sexo seguro seguir ou que outros cuidados devem adoptar para evitar situações de risco. Se por conta dessa vulnerabilidade a pessoa sentir um mal-estar e se dirigir a uma unidade sanitária não encontrará pessoal treinado em língua de sinais para a atender. Se a mesma pessoa desejar fazer um teste de HIV ninguém saberá comunicar o resultado na língua de sinais e se o resultado for por escrito jamais estará em braille. Isso leva a problemas graves sobre o direito à privacidade que todo o paciente deve gozar.

O Plano Estratégico Nacional de Resposta ao HIV e SIDA 2015-2019, também conhecido por PEN IV, actualmente em vigor; é o primeiro documento dessa grandeza que afirma explicitamente a necessidade de as mensagens informativas sobre modos de transmissão e prevenção de HIV serem “extensivas às pessoas portadoras (*sic*) de deficiência auditiva e visual (Braille)”. Esse marco ganha ainda mais importância se se considerar que Informação, Educação e Comunicação (IEC) tem sido a principal abordagem para a mudança de comportamento desde que se desenhou a primeira resposta nacional ao HIV. E

apesar de se tratar de algo inédito e de suma importância é preciso ressaltar que o PEN IV está ainda em fase de Avaliação e apenas depois desta é que se poderá aferir com clareza e isenção o alcance dessa recomendação.

O cenário acima descrito leva a uma análise que indicia que mesmo considerando o grande impacto que a TV Surdo está a ter em termos de disseminação da língua de sinais, subsistirão desafios e barreiras quanto ao seu uso pelas instituições que devem suportar e prevenção e a mitigação do impacto do HIV. Em outras palavras, pode ser que se tenha dado um grande salto na socialização da língua de sinais mas ainda é preciso que a mesma seja institucionalizada nas campanhas de HIV e SIDA.

III. ESTRATÉGIAS E DESAFIOS

O uso da língua de sinais no Moçambique independente deve ser incontornavelmente associado à existência das Escolas Especiais herdadas do período anterior à independência. Essas escolas, localizadas em três cidades do país, eram visivelmente incapazes de cobrir 10% que fossem das necessidades das pessoas com deficiência existentes no país. Em termos filosóficos tratava-se de locais de acolhimento para crianças que objectivamente não podiam ser integradas no ensino regular. Ou seja, estava se mais perante uma abordagem assistencialista das crianças com deficiência do que propriamente a estruturação de um sistema de ensino que servisse as suas necessidades.

As escolas desenvolviam actividades para estimular o desenvolvimento psico-somático das crianças ainda sem o uso de um conjunto padronizado de gestos a que se podia chamar língua de sinais de Moçambique. Em 1994 a Declaração de Salamanca lançou o princípio da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais nas escolas regulares, no lugar de segregá-las em escolas “especiais”. No país o novo paradigma reflectiu-se pelo desenho do Plano Estratégico da Educação desenhado em 1998 cujo lema era “Combater a Exclusão, Renovar a Escola”, nesse mesmo ano teve início o programa piloto das escolas integradas. Em 1999 regista-se a primeira iniciativa com vista à uniformização de uma língua de sinais nacional.

A filosofia da inclusão levantava desde logo um conjunto de desafios. O primeiro dos quais era o nível de preparo dos professores para lidar com crianças com necessidades especiais. O ministério fez, desde o início, um esforço para incluir módulos a respeito na formação dos professores mas por um lado as escolas piloto ainda eram poucas (e situadas em apenas cinco províncias) e por causa disso não havia como garantir que a normal rotação de professores não afectasse a distribuição dos formados pelas respectivas instituições. Podia-se tirar um professor com formação para uma escola não incluída no piloto, e em sua substituição ser colocado outro sem formação na escola em causa. Por outro lado também se questionou a própria duração e qualidade dessa formação.

O segundo desafio é que o processo de inclusão ocorre no mesmo momento em que o sistema de educação no geral se debate com problemas de sobrelotação e os consequentes efeitos sobre a qualidade do ensino. Isso significa que para além dos desafios esperados de um processo piloto de integração de crianças com deficiência, havia que adicionar os efeitos causados pela sobrelotação. Por último havia em geral um ceticismo quanto aos dados recolhidos e apresentados sobre o número de crianças com deficiência integradas no ensino regular, e isso será igualmente extensivo ao nível do seu (in)sucesso escolar. Não existem mecanismos para verificar, de uma forma sistemática, o sucesso ou não da implementação do modelo da inclusão.

Após a introdução do sistema do ensino inclusivo e da padronização da língua de sinais pode-se inferir que estava montado um sistema para proporcionar a sua reprodução e difusão por via do ensino. Todavia esse importante passo ainda deixa de lado uma verdadeira massificação que seria, por exemplo, um conhecimento mais generalizado no

seio da população em geral ou o aumento de oportunidades de emprego para pessoas com deficiência auditiva, como consequência dessa socialização da língua. Nos últimos anos graças ao empenho e dedicação de ONGs como a ACAMO e a ASUMO verifica-se uma tímida institucionalização da língua de sinais em sectores específicos, como os que foram mencionados acima: a formação profissional ou a divulgação da política da juventude em braille. O surgimento de um órgão de comunicação de massas (TV Surdo) e a criação de uma licenciatura em língua de sinais vieram dar um impulso adicional a esse processo de institucionalização.

Em última análise subsistem dois grandes desafios para a língua de sinais em Moçambique nomeadamente a institucionalização efectiva e uma direcção estratégica. Em primeiro lugar é preciso avaliar de que forma a estratégia do ensino inclusivo contribui ou não para a cristalização do uso da língua de sinais. Considerando que o sistema prevê que a formação de professores inclua uma componente sobre as crianças com necessidades educativas especiais (no geral) torna-se necessário rever essa opção *vis à vis* a formação de professores, versados na língua de sinais, para que possam transmitir todos os conhecimentos das diferentes áreas temáticas (geografia, matemática, física, etc.). Trata-se de re-avaliar se é melhor ter professores regulares que sejam treinados em módulos para pessoas com deficiência ou, alternativamente, ter professores formados na língua de sinais que possam transmitir conteúdos regulares.

Em segundo e último lugar é preciso, passados todos estes anos, delinear uma orientação estratégica para a língua de sinais. Com a existência de ONGs exercendo advocacia sobre a matéria, a presença de uma televisão especializada e a leccionação de uma licenciatura na matéria é preciso produzir uma abordagem de nível nacional que identifique os processos a serem seguidos e os actores a serem envolvidos para que se universalize o uso da língua de sinais. Tal Estratégia iria focalizar os esforços e integrar todas as pequenas iniciativas (como os Memorandos de Entendimento até aqui assinados) dentro de um quadro global lógico e do conhecimento de todos os intervenientes.

O Plano do Governo para o quinquénio corrente declara como uma das acções prioritárias “Assegurar oportunidades educativas para crianças com Necessidades Educativas Especiais”. Desenhar uma Estratégia do Uso da Língua de Sinais e Braille em Moçambique seria uma forma angular de contribuir para esse desiderato.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O uso da língua de sinais e do braille não se encontra massificado em Moçambique. Esse facto, no caso da língua de sinais, tem muito a ver primeiramente com uma questão conceptual que era a ausência de uma linguagem uniformizada, o que apenas veio a acontecer em 1999. Em segundo lugar esse facto se liga à uma incapacidade infra-estrutural, e talvez também tecnológica, de estabelecer esses mecanismos e alargá-los à extensão do país e dos meios de comunicação respectivos;
- As campanhas de HIV e SIDA em Moçambique foram, desde o seu começo, dominadas por uma forte componente de prevenção que assentava acima de tudo em campanhas de Informação, Educação e Comunicação (IEC) para a mudança de comportamento tendente a adopção de práticas de sexo seguro. Por causa do que foi afirmado acima tais campanhas também falharam em abarcar pessoas com deficiência auditiva e visual, proporcionando informação nos formatos mais apropriados. Apenas o plano estratégico (de resposta nacional ao HIV e SIDA) ainda em vigor menciona a necessidade de se desenvolver materiais IEC tendo em conta tais formatos. Mais do que isso as pessoas com deficiência não ficam apenas excluídos das campanhas de prevenção como também experimentam dificuldades no acesso a serviços de testagem e tratamento;
- Os desafios à frente apontam para uma sistematização das acções em prol do uso da língua de sinais e braille em Moçambique. Essa sistematização pode ser formulada através de um Plano Estratégico para o Uso da Língua de Sinais e Braille em Moçambique. Este iria definir objectivos estratégicos a serem alcançados como, por exemplo, massificação no ensino, obrigatoriedade legal do uso em órgãos do funcionalismo público ou outros. Por sua vez através do Plano Estratégico seria possível definir Planos de Acção com uma periodicidade mais ou menos longa. Neles haveriam de ser colocadas acções concretas a serem desenvolvidas indicando-se os actores envolvidos e os resultados esperados.

Ficha Técnica:

- Título:** Análise da Situação: Uso da Língua de Sinais em Moçambique – Estratégias e Desafios;
- Projecto:** Acesso Igual aos Cuidados e Tratamento em HIV/SIDA para Pessoas com Deficiência em Moçambique
- Consultor:** Helder Nhamaze;
- Propriedade:** Associação TV Surdo Moçambique;
- Apoio:** Counterpart International através da USAID.